

A COLONIALIDADE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

THE COLONIALITY OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE

LA COLONIALIDAD DEL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO

Hellen Cristina Mattos 

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar
São Carlos, SP, Brasil
hellencristinamattos@gmail.com

Resumo. A universidade é um espaço formativo que trabalha por três principais frentes: ensino, pesquisa e extensão. Apesar da produção de conhecimento ser gerada por diferentes formas entre essas três dimensões, o desenvolvimento científico foi historicamente alicerçado em perspectivas e definições específicas sobre o que é ciência. Este ensaio visa apresentar os fundamentos de dois elementos característicos do conhecimento científico, o método e a racionalidade, e a sua forma de imposição cultural, especialmente na produção científica. Para isso, foram levantadas as contribuições de René Descartes e Immanuel Kant sobre a importância do método e do uso da razão para o desenvolvimento da ciência. Logo após, foram consideradas discussões de Boaventura de Souza Santos e Jean-Marc Ela sobre esse modelo de ciência e a exclusão de outras formas de saberes. Também foram incluídas as propostas de Antonio Joaquim Severino e Manuel Tavares referentes à decolonialidade nas universidades latino-americanas. Concluímos que a universidade desempenha uma função colaborativa com a colonialidade, pois impõe e difunde apenas os conhecimentos que são considerados legítimos nos padrões ocidentais. É necessário, portanto, refletir as suas ações, concepções e propostas para desempenhar a consciência crítica e incluir a diversidade epistemológica existente na sociedade.

Palavras-chave: Universidade, Ciência, Epistemologia, Cultura.

Abstract. The university is a training space that works on three main fronts: teaching, research and extension. Despite the production of knowledge being generated in different ways among these three dimensions, scientific development has historically been based on specific perspectives and definitions of what science is. This essay aims to present the fundamentals of two characteristic elements of scientific knowledge, method and rationality, and their form of cultural imposition, especially in scientific production. To accomplish this, the contributions of René Descartes and Immanuel Kant on the importance of the method and the use of reason for the development of science were used. Then, discussions by Boaventura de Souza Santos and Jean-Marc Ela on this model of science and the exclusion of other forms of knowledge were considered. The proposals by Antonio Joaquim Severino and Manuel Tavares regarding decoloniality in Latin American universities were also included. We conclude that the university plays a collaborative role with coloniality, as it imposes and disseminates only knowledge that is considered legitimate by Western standards. It is necessary, therefore, to reflect on their actions, conceptions and proposals to carry out critical awareness and include the epistemological diversity that exists in society.

Keywords. University, Science, Epistemology, Culture.

Resumen. La universidad es un espacio legítimo para el desarrollo científico, que trabaja a partir de La universidad es un espacio de formación que trabaja en tres frentes principales: la docencia, la investigación y la extensión. A pesar de que la producción de conocimiento se genera de formas diferentes entre estas tres dimensiones, históricamente el desarrollo científico se ha basado en perspectivas y definiciones específicas de lo que es la ciencia. Este ensayo tiene como objetivo presentar los fundamentos de dos elementos característicos del conocimiento científico, el método y la racionalidad, y su forma de imposición cultural, especialmente en la producción científica. Para ello, se plantearon las aportaciones de René Descartes e Immanuel Kant sobre la importancia del método y el uso de la razón para el desarrollo de la ciencia. Poco después, se consideraron las discusiones de Boaventura de Souza Santos y Jean-Marc Ela sobre este modelo de ciencia y la exclusión de otras formas de conocimiento. También se incluyeron las propuestas de Antonio Joaquim Severino y Manuel Tavares sobre la descolonialidad en las universidades latinoamericanas. Concluimos que la universidad juega un papel colaborativo con la colonialidad, ya que impone y difunde solo el conocimiento que es considerado legítimo por los estándares occidentales. Es necesario, por tanto, reflexionar sobre sus acciones, concepciones y propuestas para realizar una conciencia crítica e incluir la diversidad epistemológica que existe en la sociedad.

Palabras-clave: Universidad, Ciencia, Epistemología, Cultura.



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da ciência é uma das finalidades da educação superior no Brasil. Esse propósito é manifestado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a qual indica que a educação superior visa desenvolver o espírito científico, incentivar o trabalho de pesquisa, a investigação científica e promover a divulgação de conhecimentos científicos. Apesar da educação superior também atuar com o ensino e com a extensão, é a atividade de pesquisa o ponto básico de apoio e sustentação de suas tarefas (Severino, 2014). Dessa maneira, não é à toa que aproximadamente 90% da produção da ciência e tecnologia do país se concentram em instituições de educação superior, especificamente em universidades públicas (Fonseca, 2018).

As universidades públicas, portanto, são instituições legitimadas como espaços de produção da ciência, sendo esta a forma hegemônica de conhecimento na modernidade (Severino, 2014). Boa parte do conhecimento produzido e divulgado nessas instituições carrega características de definições historicamente difundidas como universais, padronizando e especificando o que deve ser considerado como científico. Tal padronização desconsidera as múltiplas epistemologias que compõem a produção de conhecimento, reduzindo a ciência a um modelo eurocêntrico e contribuindo para o silenciamento das demais culturas.

A exemplo disso, livros sobre metodologias científicas abordam uma definição de ciência de acordo com padrões conservadores e positivistas. Para Severino (2014, p. 88), “A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. Já Lakatos e Marconi (2003) entendem a ciência como um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos, sendo uma sistematização de conhecimentos e um conjunto de atitudes e atividades racionais possíveis de serem verificadas. Ou seja, os autores afirmam que a ciência procura ser racional e objetiva, desconsiderando outras vertentes epistemológicas e reduzindo a ciência a um padrão.

Essas definições de ciência trazem a importância do método e da racionalidade como características do conhecimento que será legitimado nas universidades e utilizados para a proposição de intervenções em diferentes setores da sociedade. Essa compreensão sobre o que é a ciência apresenta um caráter de neutralidade e universalidade, porém esconde as relações de força e a sobreposição de um padrão ocidental em relação às demais culturas. A adesão a esse padrão provoca o apagamento e exclusão de outros modos de produção intelectual, provocando um processo colonizador das mentes, do conhecimento e do poder (Severino & Tavares, 2020).

Assim, esse ensaio visa apresentar os fundamentos de dois elementos característicos do conhecimento científico, o método e a racionalidade, e a sua forma de imposição cultural. Para isso, o trabalho está estruturado em duas principais seções: na primeira utilizamos as contribuições de René Descartes e Immanuel Kant para a compreensão dos elementos característicos na definição de ciência, enquanto que a segunda seção aborda as críticas de Boaventura de Souza Santos e Jean-Marc Ela sobre esse modelo de ciência e a exclusão de outras formas de saberes. Ao final do trabalho, incluímos as considerações de Antonio Joaquim Severino e Manuel Tavares para uma proposta de decolonialidade da universidade na América Latina.

DESDOBRAMENTOS DE DESCARTES E KANT PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Como mencionado nas definições sobre ciência em Severino (2014) e Lakatos e Marconi (2003), o método e a racionalidade são elementos característicos da ciência e são essenciais para que um conhecimento seja considerado como científico. Para compreender a consolidação desses elementos nas práticas científicas atuais, iremos apresentar nessa seção as contribuições de René Descartes, em relação ao método, e Immanuel Kant, sobre o uso da razão, em textos essenciais para a área epistemológica. Ressaltamos que a proposta não é de contemplar todas as discussões presentes nos textos selecionados, mas de reunir as principais que se desdobram para a definição de ciência.

A principal contribuição de Descartes (1996) é a atenção para a capacidade de duvidar e de como chegar à verdade por meio de um método. No texto “Discurso do Método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências”, o autor francês afirma que o bom senso, ou a razão, é a coisa mais bem partilhada pelas as pessoas, testemunhando o “[...] poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso” (Descartes, 1996, p. 3). O bom senso, que nesse caso pode ser compreendido como a razão, para Descartes (1996) significa a capacidade de julgar aquilo que é verdadeiro, de separá-lo do falso, e essa capacidade é igual para todos. Ressaltamos que o conceito de razão trabalhado por Descartes não se refere ao desenvolvimento de raciocínio, a realização de cálculos ou a escolha de ações certas, mas sim ao julgamento,

à discriminação e à distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso. Nessa compreensão, o exercício de crítica é a ação de julgamento, por meio da razão, de distinguir o verdadeiro do falso.

Para Descartes (1996), a variedade de opiniões existente entre as pessoas não se refere à racionalidade de uns e irracionalidade de outros. Uma vez que todos têm a capacidade de julgar o que é verdadeiro, a diversidade de opiniões se refere aos vários meios de condução de pensamentos e de considerar coisas diversas. As diferentes formas de se usar a razão é o que propicia a variedade de opiniões. Portanto, o que irá subsidiar o uso da razão é o caminho que conduz o pensamento, ou seja, o método empregado para desenvolver a crítica, a separação e a consideração do que é verdadeiro. Para que todos possam julgar da mesma forma, é preciso ter um reto caminho para ter o bom uso da razão.

Por melhores qualidades e recursos cognitivos¹ que uma pessoa possa ter, é a partir de um método que irá proporcionar o aumento do conhecimento e o uso do julgamento da razão, conforme declara Descartes (1996, p. 3):

Mas não temerei dizer que penso ter tido muita felicidade de me haver encontrado, desde a juventude, em certos caminhos, que me conduziram a considerações e máximas, de que formei um método, pelo qual me parece que eu tenha meio de aumentar gradualmente meu conhecimento, e de alçá-lo, pouco a pouco, ao mais alto ponto, a que a mediocridade de meu espírito e a curta duração de minha vida lhe permitam atingir.

A ideia do método, portanto, é a necessidade de ter um caminho para poder chegar a algum lugar. Sem estar delimitado o caminho, dificilmente se chegará com segurança a um determinado objetivo. Contudo, não podia ser qualquer caminho, pois Descartes (1996, p. 12) procurava aquele que seria “[...] o verdadeiro método para chegar ao conhecimento de todas as coisas de que meu espírito fosse capaz”. Para o autor, o método da dúvida é a via que irá apoiar a distinção do verdadeiro e do falso. Para se chegar na verdade, é preciso realizar sucessivos questionamentos e distinções entre o verdadeiro e o falso até chegar em um determinado momento do qual não será possível distinguir, do qual não há como duvidar. Enquanto houver dúvidas, haverá meios para as distinções.

O método para se chegar na verdade deve ser rigoroso, para que se possa compreender uma ideia de forma clara e distinta, não se confundindo com outras coisas e não gerando dúvidas. Para isso, o método se inicia partindo de uma ideia geral para submetê-la à diversas divisões e extrair as suas dificuldades. Após essas sucessivas divisões, é possível chegar a uma ideia clara e distinta e que não se consegue dividi-la. Esse método, portanto, tem uma primeira fase que se refere ao processo analítico, do qual é iniciado da ideia geral e complexa para chegar à ideia singular e simples. O prosseguimento do método é um movimento inverso, a ideia mais simples delimitada vai ser, pouco a pouco, sendo remontada para reconstituir a ideia geral, agora de forma mais rigorosa e compreensível. Ou seja, a segunda fase é um processo sintético, reformulando a ideia geral a partir das ideias singulares.

Esse é o caminho que Descartes (1996) acreditava ser a via segura para fazer o bom uso da razão e chegar na verdade clara e distinta. Além disso, esse método seguro poderia ser utilizado em diferentes áreas, conforme destacado pelo autor:

Mas, o que me contentava mais nesse método era o fato de que, por ele, estava seguro de usar em tudo minha razão, se não perfeitamente, ao menos o melhor que eu pudesse; além disso, sentia, ao praticá-lo, que meu espírito se acostumava pouco a pouco a conceber mais nítida e distintamente seus objetos, e que, não o tendo submetido a qualquer matéria particular, prometia a mim mesmo aplicá-lo tão utilmente às dificuldades das outras ciências como o fizera com as de Álgebra (Descartes, 1996, p. 16).

O trecho citado acima indica a importância do método para o autor, devendo ser empregado em tudo o que possa ser questionável, incluindo conhecimentos, ideias, crenças, tudo o que pode ser colocado em dúvida. A dúvida radical é uma exigência do método, pois é por meio dela que se torna possível analisar a ideia geral para chegar na ideia mais simples, clara e distinta e sintetizar recompondo a ideia geral. Assim, os estudos de Descartes (1996) são uma importante influência para o desenvolvimento da ciência, pois o conhecimento científico é estruturado por meio da dúvida, de um problema de pesquisa, e, em especial, por

¹ Descartes (1996) utiliza a ideia de espírito para os recursos cognitivos utilizados pela razão. Esses recursos se referem ao pensamento, à imaginação e à memória. Portanto, quando o autor menciona “espírito” está relacionando a esses recursos.

um método. A metodologia, o caminho selecionado para o desenvolvimento do estudo, é uma das partes mais avaliadas para definir se um conhecimento é científico e se é válido na universidade. Por mais que uma ideia seja interessante em um projeto de pesquisa, o que irá legitimar a sua pertinência é a sua coerência com o método selecionado.

Após a contribuição de Descartes (1996) em relação ao método e ao bom uso da razão, houve um avanço no desenvolvimento das ciências empíricas, em especial àquelas relacionadas com os estudos da Matemática, da Física, da Geometria e da Astronomia. Essas áreas se apoiaram no pragmatismo e no empirismo que valorizam a experiência, a relação com o objeto para chegar ao conhecimento. Esse cenário científico provocou Immanuel Kant a retomar a importância da razão como uma faculdade capaz de determinar fins e se era possível chegar a conhecimentos verdadeiros dentro da Filosofia. Mais do que isso, o autor utiliza o uso da razão como inerente ao esclarecimento e um elemento característico da modernidade.

Para Kant (2010), o esclarecimento é a autonomia de fazer o uso da razão, de fazer uso do próprio entendimento sem a intervenção de um outro indivíduo ou de uma tutela. Na perspectiva do autor, a razão é ativa e reguladora das experiências do sujeito do conhecimento. Fazer o uso da razão é submeter o conhecimento ao Tribunal da Razão, ou seja, é a submissão a um exame criterioso realizado pela razão para identificar as possibilidades e os limites do conhecimento. Esse exame criterioso é a crítica elaborada pelo Tribunal da Razão.

Kant (2010) também valoriza a função de um método no processo de conhecimento, mas nesse caso o caminho é a submissão ao Tribunal da Razão que produzirá os juízos que permitem a distinção entre as diferentes formas de julgamentos ainda no âmbito da razão. Os juízos pressupõem uma condição de verdade, sendo esta uma concordância entre o entendimento e o objeto. Nessa perspectiva, o conhecimento só ocorre porque o sujeito possui as condições de possibilidade de uma experiência, de fazer uso de sua razão para conhecer. Portanto, o conhecimento é possível porque o homem possui faculdades (capacidade da razão) que o torna possível.

Kant (2010) constatou que os indivíduos de sua época ainda não eram esclarecidos, porque se encontravam em um estado de menoridade ao permitir a intervenção de uma outra pessoa no uso do entendimento. Quando a questão não é a ausência de entendimento, os homens são culpados por sua própria menoridade porque não têm a decisão e a coragem para serem autônomos no uso da razão. Além disso, o autor pontua as causas que mantêm o estado de menoridade: a preguiça, que torna cômodo que outra pessoa assuma a razão, e a covardia de se opor aos demais. Ou seja, para o autor, as pessoas preferem seguir tutores e sentem até amor por essa situação. A saída do estado de menoridade por um indivíduo é muito difícil, mas é bem possível que um povo se esclareça por meio de uma reforma do modo de pensar e que receba a liberdade para isso.

A liberdade necessária para tornar o esclarecimento viável é a vontade livre de fazer o uso da razão, ou melhor, de fazer o uso público da razão em todas as questões, como ressaltado pelo autor: “[...] o uso *público* de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*< Aufklärung >*] entre os homens” (Kant, 2010, p. 104, destaque do autor). O uso público se remete à lei da razão como máxima, ou seja, usar a razão de tal modo que uma determinada ação ou circunstância poderiam ser consideradas como universais, válidas para todos. Nesse sentido, o exame criterioso da razão é uma tentativa do autor de assegurar princípios de ética e moralidade, indicando que o seu uso público é necessário para proporcionar a autonomia e a liberdade do esclarecimento.

Viver em sociedade, contudo, limita o uso público da razão, pois o seu uso privado prepondera. O uso privado se refere à obediência e aceitação de fazer o uso da razão em situações específicas para determinados fins, ainda que não tenha princípios morais e éticos. Como exemplo, o uso privado é usado na educação de filhos, na obediência a cargos, no cumprimento de deveres. Há uma tolerância do autor em relação ao uso privado, afinal é uma questão de obediência social diante do estado em que se vive, porém Kant (2010) defende que sempre devemos fazer o uso público da razão, ou seja, sempre devemos exercitar o julgamento da razão nas circunstâncias que vivemos, inclusive para compreendermos que as ações que realizamos são exceções justificadas em determinados fins. Assim, o uso público da razão é sempre necessário, deve ser usado para fazer a crítica e chegar a um juízo. Somente dessa forma sairíamos do estado de menoridade e chegaríamos ao esclarecimento.

Vale ressaltar que o uso público é o que a razão determina na sua condição de liberdade e de autonomia. Portanto, a liberdade de Kant (2010) não se remete à liberdade de ações, do indivíduo agir da forma que quiser, mas sim da livre ação da razão, de poder executar sem amarras e impedimentos do exterior. Ou seja, a razão prevalece e se autodetermina.

Como a razão é parte do ser humano, é um crime contra a humanidade todas as formas de sociedade que colocam as pessoas em estado de menoridade. Para Kant (2010), o principal avanço está no esclarecimento, esse é o próprio desenvolvimento da humanidade. Todas as configurações sociais anteriores pautadas na tutela e nas autoridades, religiosas e estatais, deveriam ser impelidas. No esclarecimento, a obediência às leis só seria aceito se o próprio povo tivesse feito o seu uso da razão, considerando os limites, e julgado pertinente a submissão às determinações. Uma sociedade esclarecida, portanto, é a sociedade que dá essa liberdade para as pessoas utilizarem os seus próprios entendimentos.

Kant (2010) afirma que a época que ele vivia, o século XVIII, ainda não era esclarecida, mas que se encontrava em um processo de esclarecimento:

Falta muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e com de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento [*<Aufklärung>*] geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento [...] (Kant, p. 112).

Após séculos de grande censura para o desenvolvimento da ciência, em especial a censura realizada por instituições religiosas, Kant (2010) propõe que uma nova época chegaria com a valorização da razão, com as reformas no modo de pensar que possibilita a livre atividade racional. Essa defesa do autor teve uma grande repercussão, subsidiando o triunfo da razão como uma característica de modernidade. Portanto, os conhecimentos válidos para esse novo tempo são aqueles que passam pelo Tribunal da Razão, são avaliados por exame criterioso e aceitos pela compreensão racional, especialmente quando se refere a um bem para todos.

A defesa de Kant (2010) se desdobrou na valorização de conhecimentos racionais para subsidiar os estudos e investigações científicas de uma sociedade moderna. Ao incluir questões morais, a proposta do autor possibilitou a aceitação de que o uso da razão é a ação máxima e suficiente para se encontrar o que é bom e válido independentemente da situação. Como instituição com a finalidade de promover o desenvolvimento científico, por muitos anos a universidade valorizou conhecimentos considerados racionais, devido a sua apropriação para o progresso da humanidade. Além disso, as avaliações realizadas para definir se um conhecimento deve ser pertinente à universidade ou se o estudo corresponde com o que se espera de uma investigação científica são avaliações racionais. Após o proponente apresentar o caminho percorrido no estudo, os métodos, os dados, as análises, a investigação será submetida a um exame criterioso no âmbito da razão por pares da comunidade científica. Estes, por sua vez, levantarão uma crítica apontando os limites e o seu julgo racional sobre o que foi apresentado. Dificilmente as avaliações no meio acadêmico são realizadas considerando outras formas e possibilidades de compreensão de conhecimentos e saberes.

Vale ressaltar que esses dois filósofos, Descartes e Kant, foram relevantes para a ciência e desenvolvimento do conhecimento. A discussão levantada nesse ensaio não visa ignorar as contribuições desses autores que foram marcantes para o contexto histórico e cultural, mas sim de alertar para as práticas científicas que se reduzem a epistemologias conservadoras e eurocêntricas. Especialmente por ser um locus legitimado para a produção de conhecimento, posicionado em um país marcado pela colonização e extermínio de culturas, a universidade pode retribuir ao incluir os saberes e as epistemologias de outros povos também nas ações de pesquisa. Portanto, a pesquisa, como parte da ação tríplice universitária, não pode se reduzir àqueles pautados na compreensão racional sobre a sua dinâmica e resultados como sinônimos de ciência, desconsiderando outras formas epistemológicas.

CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA E ELA: PARA ALÉM DA EPISTEMOLOGIA COLONIAL

A definição aceita sobre a ciência, que valoriza o método e a racionalidade, traz uma aparência de neutralidade e universalidade na busca pelo o que é verdadeiro e válido para uma sociedade moderna. Esse modelo de ciência tem sido propagado pelas universidades de diferentes países, impondo uma determinada maneira como apropriada para o desenvolvimento científico. Contudo, essas instituições também desempenham “[...] um significativo papel de consolidar a colonização epistemológica e cultural, cultivando e disseminando o conhecimento sob a perspectiva ocidentocêntrica” (Severino & Tavares, 2020). Essa

seção se destina a expor ideias essenciais para compreender a apropriação de um modelo científico como forma de colonialidade, ou seja, de uma colonização de conhecimentos, mentes e epistemologias. As ideias trazidas se referem aos estudos de Boaventura de Souza Santos e Jean-Mar Ela a partir de dois textos de destaque dos autores. Igualmente na seção anterior, o propósito não é de incluir todos elementos discutidos nos textos, mas de abranger conceitos que colaboram para pensar uma universidade decolonial.

A primeira discussão que trazemos se refere ao estudo de Santos (2007) sobre o pensamento moderno. O autor afirma que esse pensamento não é neutro, mas carrega uma dimensão invisível que representa e fundamenta as distinções da realidade social. O autor esclarece que o pensamento moderno é um pensamento abissal, ou seja, contém em si uma divisão intransponível entre dois mundos da qual não há possibilidade de comunicação entre ambos. A divisão presente no pensamento abissal faz alusão às linhas que dividem o Velho do Novo Mundo, a metrópole da colônia, o Norte do Sul. São linhas metafóricas, invisíveis, que sobreviveram à cartografia literal de países e continentes. Santos (2007) utiliza a expressão “deste lado da linha” para representar o pensamento hegemônico, oriundos de regiões metropolitanas, e “do outro lado da linha” para se referir ao pensamento considerado subalterno, derivado de regiões coloniais.

O pensamento abissal fundamenta as demais divisões de forma radical, fazendo com que os conhecimentos, valores e cultura ocidentais sejam considerados como verdadeiros e universalmente corretos. Ou seja, esse pensamento provoca uma invisibilidade do universo que representa “o outro lado da linha”, do qual são considerados ilegítimos e falsos. As divisões sociais seguem com esse pensamento abissal, estruturando a realidade de acordo com as classificações deste lado da linha e impossibilitando o reconhecimento de outras formas de conhecimento (Santos, 2007).

Os conhecimentos considerados legítimos são aqueles que se encaixam nas categorias científicas. São os conhecimentos que obedecem a um método e são racionais, compreensíveis por meio do uso da razão, que irão estabelecer o que é verdadeiro e o que é falso. Santos (2007) afirma que há um monopólio epistêmico que distingue o conhecimento por meio de verdades científicas e não científicas. Dessa maneira, todo saber que infringe a racionalidade e o método são invisíveis na produção de conhecimento, uma vez que a modernidade se apoia nas bases científicas:

Essas tensões entre a ciência, de um lado, e a filosofia e a teologia, de outro, vieram a se tornar altamente visíveis, mas todas elas, como defendo, têm lugar deste lado da linha. Sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (Santos, 2007, p. 72-73).

Os saberes que são incomensuráveis por meio das metodologias e não obedecem aos critérios científicos são excluídos, pois a crença da modernidade é de que a ciência é a única forma segura de conhecimento válido e rigoroso. Essa crença é o que fortalece a cultura ocidental sobre as variadas maneiras e saberes culturais de outros povos. Como o conhecimento científico é desigualmente distribuído, “As intervenções no mundo real por ele propiciadas tendem a servir aos grupos sociais que têm maior acesso a esse conhecimento” (Santos, 2007, p. 87). A crença na superioridade do conhecimento científico é uma forma de colonização invisível por meio de epistemologias.

Santos (2007) ressalta que o reconhecimento da persistência do pensamento abissal é a condição necessária para reverter essa forma de colonização. O pensamento pós-abissal se refere à uma ruptura com a modernidade ocidental, com as suas formas de pensamento e ação, e aprender com outras epistemologias que foram apagadas nesse processo de colonização. Aprender, portanto, com as epistemologias do Sul, confrontando a

[...] monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimento heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (Santos, 2007, p. 79, destaque do autor).

Da mesma forma, Ela (2015) também critica a imposição da racionalidade ocidental por meio da legitimação da ciência moderna como única forma de conhecimento. O autor defende que é preciso

repensar os caminhos da ciência, procurando novas formas de produção de conhecimento, pois o método científico apresenta inconsistências. Em especial, o autor propõe um pensamento científico próprio de seu continente, desmontando os procedimentos estabelecidos como ciência.

Para Ela (2015), a definição de ciência implica em regras e metodologias para apreender diferentes objetos, mas não procurar conhecer a si própria, não busca a reflexividade de questionar sobre a forma com a qual se concebe a ciência. Os métodos científicos estão consolidados, são técnicas instrumentais que estão fechadas para a reflexão. Portanto, não há um processo de criação e de imaginação que são necessárias para a ciência, mas há uma aplicação de procedimentos já estabelecidos como científicos.

A busca por um conhecimento científico é submeter um saber a métodos e regras, sendo específicos e adaptados aos objetos para oferecer a garantia dos resultados encontrados. Ainda assim, o conhecimento produzido só é validado como ciência por meio de avaliações da comunidade científica. São os julgamentos dos cientistas, que carregam crenças e definições não refletidas sobre a ciência, que o conhecimento é legitimado como científico por ter apresentado as características dos métodos e da racionalidade. Nesse sentido, a ciência não é pura e neutra, mas está relacionada diretamente com o que é aceito em uma comunidade, da qual irá conferir as provas e justificativas levantadas para respaldar o conhecimento (Ela, 2015).

Segundo Ela (2015), esse conhecimento científico não atende as especificidades de outros povos que estão além da racionalidade ocidental, pois todos os saberes que são produzidos fora das definições serão desconsiderados pela comunidade científica. Tal comunidade está amparada pelas concepções europeias sobre a ciência com a aparência de universalidade, ignorando que o ser humano que investiga é sempre um ser contextualizado histórica, sociológica e intelectualmente. Ao fechar-se sobre si mesma, a razão ocidental se consagra como única possibilidade para a ciência, se torna um guia de racionalidade humana e se predomina em diferentes sociedades, conforme destacado pelo autor:

A razão do séc. XVIII revela-se não só como a força de emancipação universal, mas também como princípio que justifica o submetimento infligido por uma economia, uma sociedade, uma civilização a outras. Esse processo suscita a instauração do modelo racionalizador dominante que oculta outras expressões de racionalidade (Ela, 2015, p. 18).

Severino e Tavares (2020) esclarecem que a epistemologia hegemônica tem uma gênese histórica e social, com a cosmovisão de uma sociedade capitalista e de sujeitos masculinos, brancos e cristãos. Portanto, o saber epistêmico se torna uma arma ideológica para o exercício do poder, pois foi imposta aos povos colonizados com a alegação ideológica de ser uma cultura universal, representativa de toda a humanidade. Essa colonização provocou o apagamento de vidas e de culturas, conforme destacado pelos autores:

O violento contato entre os povos europeus e esses povos novos da África, da América e da Ásia provocou então não somente grandes genocídios quando enfrentam resistências por parte dos povos conquistados, mas também igualmente extenso e intenso processo de epistemicídio, que consistiu no não-reconhecimento, na desqualificação, no descarte, no sufocamento e mesmo na destruição de formas típicas de expressão simbólicas (Severino & Tavares, 2020, p. 105).

Essa exclusão das formas típicas de expressão simbólicas ao aderir a epistemologia hegemônica oriunda da colonização provoca o que os autores denominam de colonialidade. Este conceito se refere à sustentação de um conjunto impositivo dos elementos culturais, da presença de “[...] um poder que domina também a vivência subjetiva e a lógica de funcionamento das mentes” (Severino & Tavares, 2020, p. 108). Nesse sentido, a universidade se torna uma instituição marcada pela colonialidade. No lugar de cumprir com o seu compromisso político na construção de uma cultura autêntica e autônoma, a universidade mantém, promove e difunde o padrão de ciência eurocêntrica.

Como instituição responsável na formação de agentes gestores da vida político-social, a universidade deve refletir sobre os seus métodos e racionalidades (Ela, 2015), promover uma ecologia dos saberes (Santos, 2007) e buscar a decolonialidade das suas estruturas de dominação (Severino & Tavares, 2020). Em especial, as universidades de países latino-americanos precisam abrir o diálogo com as epistemologias produzidas fora de suas paredes e reconhecer os conhecimentos produzidos em outras instâncias da sociedade, cultivando as manifestações culturais de grupos humanos a quem presta serviços (Severino & Tavares, 2020).

Além disso, é preciso levantar resistências face às tentativas de mercado e exigências das agências internacionais que procuram regular a universidade para submetê-la aos interesses hegemônicos. Um projeto decolonial é aquele que visa todas as dimensões da universidade:

Não é suficiente que uma universidade inclua os grupos sociais mais desfavorecidos do ponto de vista social e econômico para que seja decolonial; não basta, também, que incorpore outras culturas, diferentes da cultura hegemônica, para que seja intercultural. É necessário, isso sim, que seja decolonial em todas as suas dimensões (poder, conhecimento, estruturas de dominação) e que assuma princípios emancipatórios promotores de uma justiça social cognitiva (Severino & Tavares, 2020, p. 113)

Assim, as ideias trazidas nessa seção apontam para a falsa neutralidade e universalidade da ciência moderna, trabalhada nas universidades atuais. Esse reconhecimento levanta a discussão sobre as diferentes formas de imposição cultural e de como a colonização atravessa a ciência e aniquila os conhecimentos produzidos por outros povos. A sobreposição do conhecimento científico consolida a colonialidade, favorece a conformação de mentes para privilegiar os padrões ocidentais e justificar a exploração e abusos de poder em grupos sociais. A universidade, que tem como primeira finalidade a estimulação da criação cultural, do desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, precisa reavaliar a sua forma de atuação, de avaliação e de promoção científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou apresentar os fundamentos de dois elementos característicos do conhecimento científico, o método e a racionalidade, e a sua forma de imposição cultural. Os estudos de René Descartes e Immanuel Kant, trazidos na primeira seção, indicam que é possível chegar ao conhecimento certo e verdadeiro ao empregar um método, em especial o método da dúvida, e submetê-lo ao Tribunal da Razão para identificar os limites e fazer os julgamentos. Esses estudos propõem uma forma de se chegar à verdade, a qual deve ser empregada em diferentes áreas do conhecimento como característica da modernidade e suficiente para todos os seres humanos. Essas contribuições se desdobram nas práticas científicas das universidades, repercutindo um caráter de neutralidade e de universalidade nas definições sobre a ciência.

A segunda seção trouxe as discussões de Boaventura de Souza Santos e Jean-Marc Ela, que alertam sobre as relações de força, poder e consagração de um padrão ocidental por meio da ciência. Ao negar as variadas formas de conhecimento, a ciência exclui e apaga as epistemologias de outros povos, fortalecendo a colonização e submissão de culturas. Da mesma forma, a universidade desempenha uma função colaborativa com a colonialidade, pois impõe e difunde apenas os conhecimentos que são considerados legítimos nos padrões ocidentais. Conforme destacado por Severino e Tavares (2020), é necessário que a universidade levante reflexões sobre as suas ações, concepções e propostas para que vise a decolonialidade e o desenvolvimento de sua cultura, desempenhando a consciência crítica e incluindo a diversidade epistemológica existente na sociedade.

A proposta deste ensaio não desconsidera as contribuições de Descartes e Kant para o desenvolvimento científico, principalmente diante do contexto histórico e cultural que os autores se encontravam. O que buscamos discutir é a preponderância desse padrão epistemológico para a produção de conhecimento. Vale destacar na discussão que as nossas universidades pertencerem a um país historicamente colonizado, em que muitas culturas e povos foram dizimados em nome de exploração e apropriação material, portanto o resgate epistemológico é uma forma de dar visibilidade e reconhecimento à diversidade cultural.

Esse debate é ainda mais necessário após as políticas e programas de expansão e inclusão social nas universidades e institutos públicos de educação superior. Por meio da Lei de Cotas, por exemplo, jovens de camadas que estavam historicamente excluídas das universidades públicas tiveram o seu ingresso regulamentado, porém encontram diferentes desafios simbólicos na permanência universitária referentes à imposição de culturas e definições. A inserção de estudantes indígenas, quilombolas, negros e estrangeiros, por exemplo, enriqueceu as universidades especialmente com as discussões sobre o ensino e o currículo, mas este artigo levanta a importância sobre a diversidade epistemológica também nas produções acadêmicas.

Devido às limitações de um ensaio, não foi possível investigar o estado da arte de outras epistemologias dentro das universidades. Essa interessante questão pode ser aprofundada para termos uma melhor compreensão do desenvolvimento decolonial na produção de conhecimento e nas pesquisas acadêmicas.

Acreditamos que esse movimento é tão necessário quanto as ações de inclusão social para favorecer o enriquecimento de saberes, abrindo diálogo e fortalecendo a sociedade da qual faz parte.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1996). Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: julho de 2021.
- Descartes, R. (1996). *Discurso sobre o método*. Martins Fontes.
- Ela, J-M. (2015). O conceito de ciência na história das ideias. In: _____. *Investigação científica e crise da racionalidade*. (pp. 11-50). Edições Molemba.
- Fonseca, R. M. (set./out. 2018). Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 299-307, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-299.pdf> Acesso em: novembro de 2019.
- Kant, I. (2010). Resposta à pergunta: que é esclarecimento? In: *Immanuel Kant – Textos Seletos*. (pp 63-71) (4ª Ed) Ed. Vozes.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2013). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.
- Severino, A. J., & TAVARES, M. (2020). Por um projeto insurgente e resistente de decolonialidade da universidade latino-americana. *Revista Lusófona de Educação*, v. 48, n.48, p. 99-116. Disponível em: <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7319> Acesso em: julho de 2021.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos*, no. 79, p. 71-94, nov. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrge/?lang=pt> Acesso em: junho de 2021.